



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 277

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL ACUMULADA NA AMAZÔNIA**

**Luis E. Aragón**

**Belém, Novembro de 2010**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

### **Vice-reitor**

Horacio Schneider

### **Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

Emmanuel Zagury Tourinho

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Armin Mathis

### **Diretor Adjunto**

Fábio Carlos da Silva

### **Coordenador de Comunicação e Difusão Científica**

Silvio Lima Figueiredo

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](http://Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 277

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# MIGRAÇÃO INTERNACIONAL ACUMULADA NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

Luis E. Aragón<sup>2</sup>

## Resumo:

Apesar da importância que a migração internacional alcançou na mídia e na academia no mundo inteiro, existem somente uns poucos estudos esparsos sobre a migração internacional na Amazônia. Como se apresenta o processo de migração internacional na Amazônia e qual é sua importância nos destinos da região? Este artigo é uma aproximação a essa pergunta. O texto sintetiza resultados de investigações recentes realizadas pelo Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Primeiramente destaca-se a dificuldade de se definir a Amazônia, posteriormente tecem-se algumas considerações sobre a migração internacional em nível da Grande Região, agregando os migrantes acumulados nas respectivas amazônias nacionais, conforme os censos de população de cada país; e, finalmente, trata-se essa problemática no caso da Amazônia brasileira, destacando os países de nascimento e a distribuição espacial dos migrantes na Amazônia Legal. Na Amazônia os padrões e as tendências discutidas aqui se tornarão mais dinâmicas e complexas no andamento de políticas de desenvolvimento na busca da integração regional e econômica.

**Palavras-Chave:** Migração internacional. Grande Amazônia. Países Amazônicos. Amazônia brasileira.

## Abstract:

Despite the importance that international migration has reached in the media and academia worldwide, there are only a few scattered studies on international migration in the Amazon. How the process of international migration is presented in the Amazon and what is its importance in the destiny of the region? This is an initial approach of that question. The text summarizes results of recent research conducted by the Research Group on Environment, Population and Development in the Amazon (MAPAZ) of the Center for Advanced Amazonian Studies (NAEA) of the Federal University of Pará. First, it is discussed the difficulty of defining the Amazon, then some considerations are made about international migration in the Greater Amazon Region, aggregating the life time migrants of the national portions, according to the census of population of each country, and, finally, this issue is considered for the Brazilian Amazon highlighting countries of birth and the spatial distribution of migrants in the Amazon. In the Amazon the patterns and trends discussed here will become more dynamic and complex as development policies in pursuit of regional integration and economic development advance.

**Keywords:** International migration. the greater Amazon. Amazonian countries. Brazilian Amazon.

---

<sup>1</sup> Trabalho baseado nas exposições realizadas no Colóquio Internacional *Cidadania e Mobilidade Humana: Migrações, refúgio, e globalização*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 19-20 de outubro, 2010; e no Seminário Internacional *Migrações na Pan-Amazônia*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 3-4 de novembro, 2010.

<sup>2</sup> Ph.D. em geografia, professor/pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará e Coordenador da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável. E-mail: [aragon\\_naea@ufpa.br](mailto:aragon_naea@ufpa.br). Pesquisador do CNPq.

## INTRODUÇÃO

A migração internacional tornou-se um fenômeno de relevância mundial tanto para os países de destino como de origem ou de trânsito. A Organização Internacional para as Migrações estima para 2010, 214 milhões de migrantes internacionais, o que representaria 3,1% da população mundial (IOM, 2011). Há consenso entre os estudiosos que o atual processo de globalização acelerou e alterou significativamente os padrões migratórios internacionais. A expansão do capitalismo, o empobrecimento de países europeus, e as políticas favoráveis a imigração européia e o fim da escravidão, levaram a um aumento impressionante dos fluxos migratórios internacionais nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, período conhecido como a era das grandes migrações transoceânicas. Os fluxos se dirigiam principalmente da Europa para o Novo Mundo, destacando-se como destinos principais Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil e Austrália. Esses fluxos tradicionais transformaram-se profundamente nas últimas décadas. Segundo Martine (2005) em 1960, a maioria de migrantes internacionais residiam em países em desenvolvimento; mas em 2000 tal proporção inverteu-se, 63% dos migrantes registrados residia nos países desenvolvidos; sendo que os maiores fluxos se dão de países em desenvolvimento para países desenvolvidos. E nesse contexto, a região de América Latina e Caribe converteu-se naquela de maior expulsão: um de cada dez migrantes internacionais nasceu num país dessa região, sendo os Estados Unidos “a Meca dos migrantes” (MARTINE, 2005, p. 10).

O Brasil foi um dos destinos favoritos das grandes migrações de finais do século XIX e inícios do Século XX, mantendo-se como um país receptor de migrantes até meados do século XX. Estima-se em mais de 5 milhões o número de imigrantes entre 1872 e 1972, vindos principalmente de Portugal, Itália, Japão, Alemanha, e Espanha (LEVY, 1974). O censo brasileiro de 1900 registrou 1.074.511 estrangeiros (6.16% da população do país), aumentando, em 1920, para 1.565.961 (5,11% da população total), quando o país registrou o maior número de estrangeiros de sua história conforme os censos. A partir deste ano a população estrangeira diminui constantemente até chegar a 651.226 pessoas no censo de 2000 (0.38% da população), a mais baixa da história (PATARRA; BAENINGER, 2006). Entre 1950 e 1980 o Brasil foi considerado pelos especialistas como sendo de uma população fechada, ou seja, com crescimento populacional resultando quase que exclusivamente da relação entre nascimentos e mortes dada a inexpressiva representação da migração internacional. Mas a partir de 1980 o país passou a enviar uma quantidade cada vez maior de pessoas a outros países, convertendo-se num país não mais de recepção mas de expulsão (CARVALHO; CAMPOS, 2006). Segundo Beltrão e Camarano (1998, p. 291), considerando apenas a migração internacional da população entre 15 e 39 anos:

[. . .] podemos dizer que a população brasileira perdeu nos anos oitenta aproximadamente 2 milhões de pessoas, das quais 53% eram homens. [. . .] A tendência de evasão internacional parece ter continuado nos anos 90. Considerando só o período 1991-96, a perda chegou a aproximadamente 1,1 milhão de pessoas.

A reversão do fluxo migratório internacional no Brasil obedece a múltiplos fatores incluindo, entre outros, a defasagem na transição demográfica do bloco de países desenvolvidos em relação ao

bloco de países em desenvolvimento, do processo de globalização, e de redes sociais criadas ao longo da história da migração do país. Essa reversão vem acompanhada de novos padrões migratórios internacionais para e de o país: aumenta a proporção de imigrantes latino-americanos e norte americanos, intensifica-se a migração entre blocos sub-regionais, como, por exemplo, entre os países do Mercosul, a imigração concentra-se nas metrópoles globais de São Paulo e Rio de Janeiro, e a migração líquida torna-se positivamente mais seletiva para o Brasil em termos educacionais e ocupacionais (PATARRA; BAENINGER, 2006; BAENINGER, 2001).

Contudo e apesar da importância que a migração internacional alcançou na mídia e na academia no mundo inteiro, existem somente uns poucos estudos esparsos sobre a migração internacional na Amazônia. Como se apresenta o processo de migração internacional na Amazônia e qual é sua importância nos destinos da região? Este artigo representa uma aproximação a essa pergunta. Primeiramente destaca-se a dificuldade de se definir a Amazônia, posteriormente tecem-se algumas considerações sobre a migração internacional em nível da Grande Região, agregando os migrantes acumulados nas respectivas amazônias nacionais, conforme os censos de população de cada país; e, finalmente, trata-se essa problemática no caso da Amazônia brasileira, destacando os países de nascimento e a distribuição espacial dos migrantes na Amazônia Legal. O trabalho sintetiza os estudos realizados pelos investigadores do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, e apresentados amplamente em Aragón (2009a).

### **Amazônia**

Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população, perguntávamos em trabalho anterior (ARAGÓN, 2005a), e a dúvida persiste ainda hoje. Não existe consenso quanto ao tamanho da região que se convencionou em chamar de Amazônia, nem de sua população. Definir a área e calcular a população da Amazônia sempre foi um dos maiores desafios para pesquisadores e planejadores (OLIVEIRA, 2009). Mais ainda, para alguns a Amazônia representa uma grande reserva de recursos naturais ou capital natural, despovoada, que necessita ser ocupada; para outros a população já existente na região está gerando impactos ambientais negativos irreversíveis, sendo preciso, portanto, controlar ou mesmo frear seu crescimento populacional. Assim sua definição depende do fator ou fatores considerados e do que se pretende fazer com tal definição.

Gutiérrez, Acosta e Salazar (2004, p. 21) sintetizam o desafio que representa definir a Amazônia:

As expressões Amazônia, Pan-Amazônia, Amazônia Sul-Americana, Região amazônica ou Grande Amazônia, compreendem diferentes enfoques, discernimentos e representações espaciais. Em geral, esses termos referem-se à maior *selva* tropical úmida do planeta, localizada ao norte da América do Sul, à bacia hidrográfica do rio Amazonas, às nações que têm território nestas áreas, aos estados que promovem, através de ações conjuntas, o planejamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia para preservar o meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, aos limites artificiais de conveniência político-administrativa para a aplicação de incentivos fiscais em territórios determinados, aos povos que a habitam, e a sua fauna terrestre e aquática. Esses conceitos têm a dificuldade de que não se podem traduzir facilmente numa cartografia única, porque se referem a

espaços diferentes, cujos limites não necessariamente coincidem. A Amazônia, como entidade unificada, só pode existir como uma amálgama de regiões. Dessa forma pode-se afirmar que existem várias amazônias as quais conformam uma grande região, onde cada uma tem uma distribuição regional diferente.

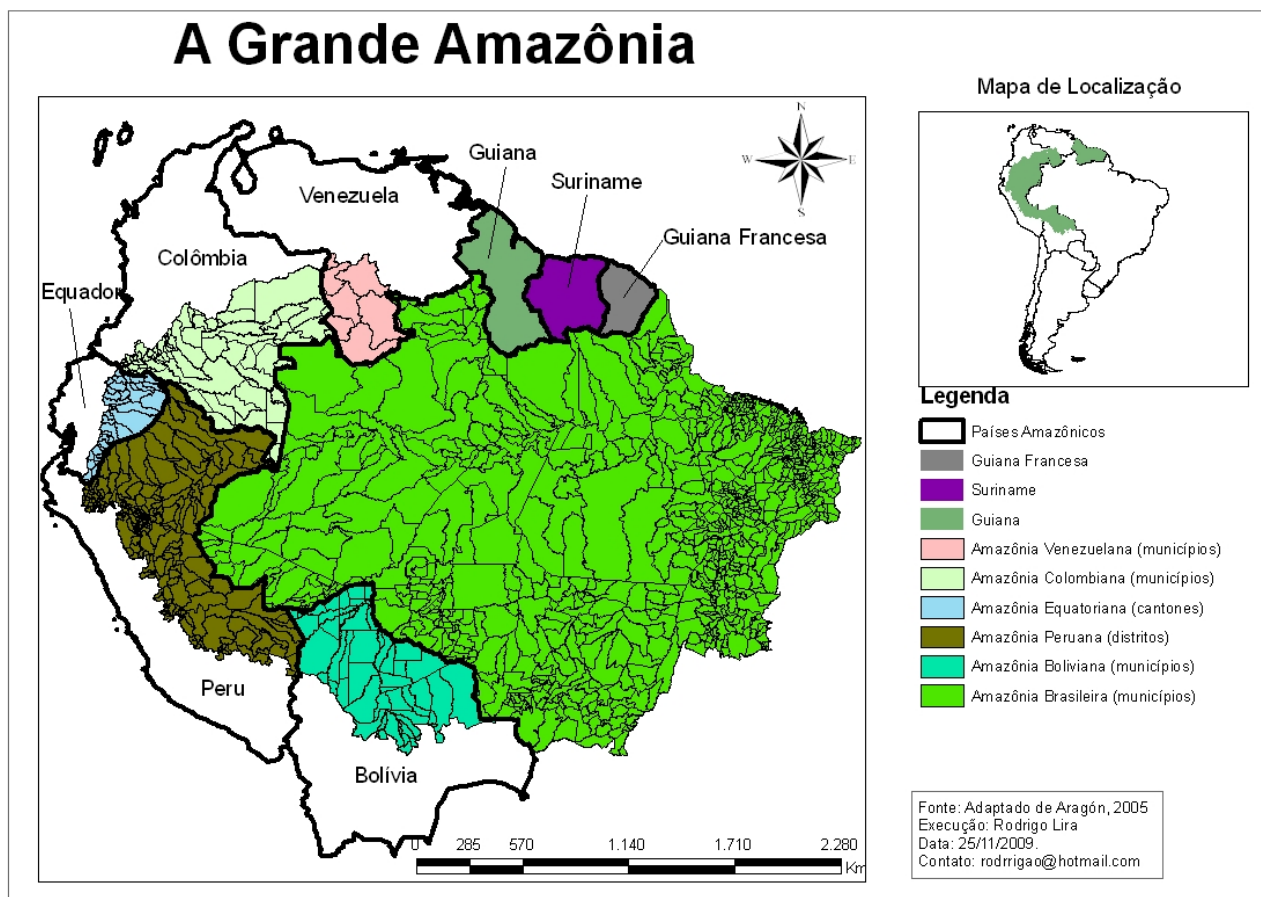
Mas ao final qual é a importância de se definir fisicamente a Amazônia? Para alguns, o que importa é o imaginário que tem convertido a Amazônia numa espécie de marca capaz de agregar valor a tudo aquilo que leva seu nome, independentemente da área ou características físicas da região (AMARAL FILHO, 2008). Contudo, uma definição precisa da Amazônia é útil. Além de aspectos relacionados à soberania nacional, gestores de políticas públicas e investimentos na Amazônia necessitam saber com clareza onde localizar tais investimentos (ARAGÓN, 2007a). Manfred Grasserbauer (2005, p. vii), Diretor do Instituto do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Comissão Europeia (IMAS), argumenta, enfaticamente, a necessidade de se ter uma definição clara da região:

Definir a extensão geográfica da Amazônia é fundamental para numerosíssimos assuntos de ordem política, a começar por uma simples questão como a indicação da população local, e a terminar em problemas complexos como o cálculo do balanço do carbono na bacia do Amazonas como fator das alterações climáticas em nível planetário. Na verdade a Amazônia é um conjunto de ecossistemas com impacto realmente mundial, pelo que o seu desenvolvimento sustentável assume a maior importância, não só para os países envolvidos, mas também para toda a comunidade internacional.

Estudos realizados pelos pesquisadores do Grupo MAPAZ, integrado por pesquisadores de todos os países amazônicos, utilizando informações dos censos de população de cada país, permitiram elaborar um mapa da Grande Amazônia com as divisões administrativas utilizadas nos censos<sup>3</sup> (ARAGÓN, 2005b) (Figura 1). Esse esforço representa um avanço, no sentido de somar os diferentes critérios utilizados para definir a Amazônia facilitando, inclusive, o cálculo de sua superfície e a realização de estudos populacionais em diferentes níveis de agregação. Somando as superfícies de todas as divisões administrativas chega-se a uma estimativa da área total da Grande Amazônia de 7.430.785 Km<sup>2</sup>, que representa mais de 53% da área total dos países amazônicos. Excetuando-se as Guianas, onde 100% do seu território foi considerado amazônico, nos demais países a Amazônia também representa uma parte considerável de seu território, especialmente nos dois maiores países, Brasil e Peru, onde a Amazônia representa cerca de 60% de seus respectivos territórios nacionais. Brasil, Peru e Colômbia, os três países amazônicos mais extensos, detêm mais de 84% da área total da região (Tabela 1).

Calcular o tamanho da população dessa imensa região é outro grande desafio. Na verdade não existe um cálculo exato da população da Grande Amazônia; existem somente estimativas pouco exatas, que devem ser tomadas com cautela, que variam entre 20 e 37 milhões de pessoas (CDEA, 1992; YARZÁBAL; ESPINAL; ARAGÓN, 1992; FFLA, 2002; PNUMA/OTCA, 2006).

<sup>3</sup>Municípios no Brasil, na Bolívia, na Venezuela e na Colômbia; *cantones* no Equador e distritos no Peru.



Fonte: Aragón (2005<sup>a</sup>, p. 16), adaptado por Lira (2010).  
 Figura 1: A Grande Amazônia.

Tabela 1  
 Área e população total da Grande Amazônia, por país

País		Amazônia									
Nome	Ano Censo	Área	População	Área			População				
				Total	% País	% Região	Total	% País	% Região		

Bolívia	2001	1098581	8274325	398000	36,23	5,31	805101	9,73	2,75
Peru	2007	1285215	27412157	759057	59,06	10,13	4574375	16,69	15,61
Equador	2001	256730	12156608	115745	45,08	1,54	548419	4,51	1,87
Colômbia	2005	1138906	41468384	477772	41,95	6,37	747267	1,80	2,55
Venezuela	2001	916445	24915902	183500	20,02	2,45	113722	0,46	0,39
Guiana	2002	214999	751223	214999	100,00	2,87	751223	100,00	2,56
Suriname	2004	163470	492829	163470	100,00	2,18	492829	100,00	1,68
Guiana Fr	2006	84000	205956	84000	100,00	1,12	205956	100,00	0,70
Brasil	2000	8514876	169872856	5098934	59,88	68,03	21073967	12,41	71,89
TOTAL		13673222	285550240	7495477	54,82	100,00	29312859	10,26	100,00

Fonte: Censos nacionais. Atualizado de Aragón (2005a).

Na falta de uma estimativa mais rigorosa, poder-se-ia totalizar a população somando as populações das amazônias nacionais, apesar da baixa cobertura e limitação dos censos serem realizados em anos diferentes<sup>4</sup>. Ter-se-ia, então, uma estimativa conservadora da população total da Grande Amazônia, ultrapassando os 29 milhões de pessoas, o que representa aproximadamente 10% da população total dos países amazônicos. Em nível nacional, a Amazônia contribui relativamente pouco ao total da população dos países, variando de 16,69% no Peru a 0,46% na Venezuela (excetuando o caso das Guianas, onde 100% da população é considerada amazônica). No Brasil, a população da Amazônia Legal contribui com aproximadamente 12% da população nacional<sup>5</sup>. Internamente, a população da Grande Amazônia está concentrada em dois países: Brasil (71,89%) e Peru (15,61%). A população das três Guianas juntas não representa sequer 5% da população total da região.

<sup>4</sup>Entre as limitações dos censos podem-se enumerar as seguintes: 1) os baixos níveis de cobertura. No Brasil, por exemplo, há estimativas de que a imigração internacional ilegal ou clandestina na Amazônia pode representar muitas vezes aquela reportada pelo censo (SANTOS et. al., 2001). Ou seja, os números calculados pelos censos podem-se tomar, na realidade, somente como uma “amostra” da população total. 2) o ano dos censos difere consideravelmente, o que limita as comparações entre países. Os censos foram realizados em 2000 no Brasil; em 2001 no Equador, na Bolívia e na Venezuela; em 2002 na Guiana; em 2004 no Suriname; em 2005 na Colômbia; em 2006 na Guiana Francesa; e em 2007 no Peru. O Brasil realizou censo em 2010, mas os dados disponíveis não permitem ainda estudar a migração internacional. 3) os quesitos referentes à migração internacional diferem entre os censos e se incluem novos em alguns deles. Por exemplo, os censos do Peru, do Equador, e da Colômbia, incluem informação sobre emigrantes na base de respostas de membros de domicílio residindo no exterior no momento do censo, facilitando a quantificação dos fluxos, a caracterização das pessoas envolvidas, o cálculo das remessas enviadas, e a comparação entre as características dos domicílios com ou sem membros no exterior, entre outros aspectos. Obviamente a confiabilidade deste quesito depende da capacidade dos entrevistados de informar sobre os membros dos domicílios morando no exterior, e são excluídos os domicílios onde todos seus membros emigraram. 4) a acessibilidade da informação contida nos censos varia. Nos casos do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, as informações mais detalhadas podem ser acessadas através do programa REDATAM. O censo da Guiana está parcialmente processado e uma síntese pode-se consultar pela internet. O censo do Suriname está disponível em forma impressa (em holandês, com alguns resumos em inglês), e o censo da Guiana Francesa está disponível no site do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos da França (INSEE).

<sup>5</sup> A Amazônia Legal brasileira integra os estados de Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Roraima, Amapá, Tocantins e Maranhão. No caso do Maranhão, mesmo que a definição da Amazônia Legal determine que só integra a região a parte oeste do Meridiano 44, para facilitar a agregação de dados se considerou neste estudo todo o estado. Esse procedimento não altera os resultados da análise, conforme constatam Do Carmo e Jakob (2009). Os primeiros resultados do Censo de 2010 divulgados na página do IBGE reportam uma população total da Amazônia Legal (incluindo todo o Maranhão) de 25.469.356 pessoas, que representa 13,35% da população total do país (190.732.694).



As proporções de área e população conforme os territórios amazônicos permitem perceber as desigualdades das amazônias nacionais, deduzindo-se daí, a complexidade dos fenômenos regionais. Por exemplo, a população das três Guianas juntas chega escassamente à população da Região Metropolitana de Belém e em termos de área esses territórios podem caber dentro de alguns municípios da Amazônia brasileira. O território de toda Colômbia é um pouco menor que o território do estado do Pará, portanto sua Amazônia, que representa um pouco mais de 41% do território do país cabe em menos que a metade do Estado do Pará. Essas comparações, portanto, permitem pensar que as problemáticas regionais variam de país para país, e que as políticas também variam conforme o país. Não é o mesmo formular políticas para a Amazônia equatoriana (115.745 Km<sup>2</sup> e 548.515 pessoas), por exemplo, que para a Amazônia brasileira (5.098.934 km<sup>2</sup> e 21.073.967 pessoas). Com respeito à relação entre meio ambiente e população na região, estudos do Grupo MAPAZ demonstram que as prioridades de pesquisa e políticas públicas na Amazônia variam consideravelmente entre os países. Por exemplo, enquanto o Brasil centra suas prioridades no controle do desmatamento, o Equador se preocupa em garantir a exploração de petróleo na região, cuja produção representa cerca de 40% das exportações do país, e a Colômbia foca sua atenção em dominar as FARC e controlar o narcotráfico (ARAGÓN, 2007b).

### **Migração internacional**

Os países amazônicos contam hoje com censos realizados na década de 2000 e permitem sistematizar alguns dados para traçar uma radiografia da migração internacional na Grande Amazônia, apesar das limitações dos mesmos. Na realidade os dados dos censos, especialmente na Amazônia, oferecem somente “indícios”, “pistas”, “insights”, para pesquisas mais aprofundadas, mas que são extremamente relevantes, para o descobrimento de elementos específicos que expliquem o fenômeno (ARAGÓN, 2009a).

As limitações dos censos determinaram uma subutilização deles nos estudos de migração internacional na Amazônia, tanto no Brasil como nos demais países. Nesse sentido os estudos do Grupo MAPAZ representam uma contribuição para expor tanto as limitações como a utilidade dessa fonte. Os resultados na base dos censos disponíveis permitirão analisar comparações com a próxima rodada de censos, e apontar melhoria dos mesmos.

#### *Migração internacional na Grande Amazônia*

Uma primeira aproximação revela que, no mínimo, residiriam na Grande Amazônia 175.616 pessoas nascidas no exterior, o que representaria 8,07% da população estrangeira dos países amazônicos em seu conjunto (Tabela 2). O país amazônico com a maior população de estrangeiros é a Venezuela, com quase o dobro de estrangeiros do Brasil. No Brasil, o país mais populoso, a população

estrangeira da Amazônia representa 4,57% do total de estrangeiros do país, e 16,94% da população estrangeira da Grande Amazônia. As Guianas e o Brasil juntos acolhem mais de 85% de todos os estrangeiros que habitam a região.

Tabela 2: População estrangeira dos países amazônicos e na Amazônia no ano do censo.

País	Ano do Censo	População estrangeira do país		População estrangeira da Amazônia		
		Absoluta	% da População do país	Absoluta	% da população estrangeira do país	% da população estrangeira da região
Bolívia	2001	94391	1,14	6879	7,29	3,91
Peru	2007	81636	0,30	7319	8,96	4,17
Equador	2001	104130	0,86	7036	6,76	4,00
Colômbia	2005	109971	0,26	2673	2,43	1,52
Venezuela	2001	1014938	4,07	2244	0,22	1,28
Guiana	2002	9451	1,26	9451	100,00	5,38
Suriname	2004	32569	6,61	32569	100,00	18,55
Guiana Francesa	2006	77704	37,72	77704	100,00	44,25
Brasil	2000	651226	0,38	29741	4,57	16,94
TOTAL		2176016	0,76	175616	8,07	100,00

Fonte: Censo de cada país. Atualizado de Aragón (2009b).

Onde nasceram esses migrantes? Segundo os estudos realizados pelos pesquisadores do grupo MAPAZ, cerca de 50% do total de estrangeiros que residiam na Amazônia no momento do censo nasceram nos próprios países amazônicos (ARAGÓN, 2009a). Esses estudos permitem deduzir que em geral existe uma forte influência mútua entre os países amazônicos, especialmente entre os fronteiriços. A Amazônia brasileira acolhe principalmente bolivianos (15,31%) e peruanos (13,65%) (DO CARMO; JAKOB, 2009); e a Amazônia boliviana concentra principalmente brasileiros (64,43%) e peruanos (6,68%) (VARGAS BONILLA, 2009), enquanto a Amazônia peruana recebe principalmente brasileiros (21,87%), colombianos (20,26), e alguns europeus e norte americanos (LIMACHI HUALLPA, 2009). Equador não faz fronteira com o Brasil e acolhe poucos migrantes desse país e a recíproca é também verdadeira; enquanto que concentra na sua Amazônia uma enorme proporção de colombianos (75,75%), localizados principalmente na província de Sucumbios que faz fronteira com a Colômbia (LEÓN, et. al., 2009), e no lado colombiano, há também um certo número de equatorianos, mas em proporção muito menor (6,29%), localizados sobretudo no departamento de Putumayo que limita com a província equatoriana de Sucumbios. A Amazônia colombiana recebe majoritariamente peruanos (21,85%) e brasileiros (12,04%), localizados principalmente na tríplice fronteira de Letícia/Tabatinga (SANDINO, 2009). A Amazônia colombiana recebe poucos venezuelanos (1,23%), mas os imigrantes na Amazônia venezuelana são na sua maioria colombianos (68,45%) e brasileiros (6,15%) (ARAGÓN, 2009b). Certamente o padrão migratório da Amazônia colombiana está fortemente influenciado pelo conflito armado que vive o país, empurrando muitos

*desplazados*<sup>6</sup> para os países fronteiriços de sua Amazônia. Finalmente, as Guianas recebem grande impacto do Brasil, mas a Amazônia brasileira acolhe poucos migrantes vindos das Guianas. Na Guiana 27,82% dos migrantes são brasileiros (CORBIN, 2009), e proporções significativas se apresentam também no Suriname (17,88%) (JUBITHANA-FERNAND, 2009) e na Guiana Francesa (15,40%) (BARRET, 2005; ARAGÓN, 2009b), mas a presença de migrantes desses três territórios na Amazônia brasileira é de somente 5,00% nascidos na Guiana, de 0,38% nascidos no Suriname e de 2,79% nascidos na Guiana Francesa (DO CARMO; JAKOB, 2009). A presença de brasileiros nas Guianas somente rivaliza com aqueles vindos das próprias Guianas e do Caribe, e no caso do Suriname da Holanda, pelos laços culturais existentes. A relação entre a Amazônia brasileira e as Guianas se dá principalmente nas áreas de garimpo (AROUCK, 2001; CORBIN, 2007; PINTO, 2009). Só no Suriname se estima 20.000 imigrantes brasileiros, a maioria ilegal (JUBITHANA-FERNAND, 2009).

De certa forma a imigração de brasileiros na Guiana e no Suriname, compensa a alta emigração desses países. Corbin (2009) na Guiana e Jubithana-Fernand (2009) no Suriname documentam elevada emigração, especialmente para Estados Unidos, Europa e o Caribe, composta principalmente de profissionais. Segundo Corbin (2009), a emigração da população qualificada da Guiana é considerada uma das mais elevadas do mundo; em 1990, 70% dos indivíduos com mais de 13 anos de escolaridade saíram do país, só para Estados Unidos, e durante 1965-2000, cerca de 43% dos trabalhadores do país com ensino secundário e 89% com educação superior migraram para países membros da OCD.

No caso de Suriname, entre 1972 e 2005 o saldo migratório foi negativo e somente a partir de 1994 a emigração apresentou sinais de declínio, mas o saldo migratório se torna positivo somente a partir de 2006, devido, em grande parte, à imigração de brasileiros atraídos pela febre do ouro (JUBITHANA-FERNAND, 2009). Entre emigrantes do Suriname predominam as mulheres, segundo Jubithana-Fernand (2009) devido principalmente ao elevado número de famílias no país chefiadas por mulheres e a fuga de profissionais, principalmente de enfermeiras e professoras.

Esses estudos também revelam traços da história migratória da Amazônia. Por exemplo, na Guiana há imigrantes que nasceram na Índia e na China; no Suriname na Holanda; e na Amazônia brasileira aparecem imigrantes nascidos em Japão, Itália, Espanha e Portugal. Eles revelam também certa presença de norte americanos e europeus principalmente nas Amazônias do Peru e do Equador, resultado da exploração de petróleo nessas duas regiões (LIMACHI HUALLPA, 2009; LEÓN, et.al., 2009).

Em resumo, os estudos realizados pelos pesquisadores do Grupo MAPAZ, permitem concluir em nível da Grande Amazônia que:

- 1) Há uma intensa mobilidade entre as três Guianas, mas com influência do Caribe e do Brasil e da Holanda no caso do Suriname. Os documentos elaborados deixam claro, também, que Guiana e Suriname sofrem enormemente da fuga de profissionais, principalmente para Estados Unidos e Europa (BYNOE; BRISTOL, 2009; CORBIN, 2009; JUBITHANA-FERNAND, 2009).

---

<sup>6</sup> *Desplazados* são aquelas pessoas forçadas a deixar seus lares fugindo da violência produzida pelo conflito armado que se desenrola na Amazônia colombiana e outras áreas do país.

- 2) A Amazônia dos países andinos experimenta frequente mobilidade bilateral, excetuando Venezuela e Colômbia que apresenta alta participação de colombianos na Amazônia venezuelana, mas não à inversa.
- 3) O Brasil exerce influência sobre os demais países amazônicos, inclusive nas Guianas, onde se concentra grande número de brasileiros vinculados à exploração de ouro.
- 4) Grande parte dos migrantes da Amazônia brasileira procede dos países amazônicos fronteiriços e apresenta padrões de localização característicos de cada país, como se verá na próxima sessão.

#### *Migração internacional na Amazônia brasileira*

De acordo com o censo de 2000 a Amazônia Legal brasileira alberga 29.741 residentes nascidos no exterior, principalmente em Bolívia, Peru, Japão, Portugal e Paraguai (Tabela 3). Esses países de nascimento revelam correntes migratórias antigas como das dos japoneses, portugueses e italianos. Esse padrão sofre modificações quando se considera o país de residência daqueles que moravam fora do Brasil em 1995, em total 4.443 pessoas. Desaparecem das primeiras colocações Japão (do 3 para o 14 lugar), Portugal (do 04 para sem registro) e Itália (de 8 para 18 lugar) e emergem em seu lugar países amazônicos e outros países das Américas. Essa mudança acompanha a tendência de aumento da chegada ao Brasil de migrantes provenientes de países vizinhos (PATARRA; BAENINGER, 2006; BAENINGER, 2001).

Tabela 3: País de nascimento e de residência em 1995 dos migrantes internacionais residentes na Amazônia Legal em 2000, por ordem do volume de pessoas.

País	Nascimento		Residência em 1995	
	Ordem	Volume	Ordem	Volume
Bolívia	01	4.554	02	686
Peru	02	4.059	01	805
Japão	03	3.039	14	93
Portugal	04	2.979		
Paraguai	05	2.941	04	347
Guiana	06	1.486	06	334
Colômbia	07	1.375	03	401
Itália	08	1.240	18	63
Estados Unidos	09	973	07	240
Venezuela	10	837	05	339
Guiana Francesa	11	587	09	151

Argentina	12	556		
Alemanha	13	525	12	103
Outros países da Ásia	14	454	17	67
País estrangeiro sem especificação.	15	399	13	94
Líbano	16	376		
França	17	373	16	82
Chile	18	316	15	84
Outros países da América	19	282	08	178
Espanha	20	282		
Outros países da Europa	21	265	11	141
Holanda	22	210		
Uruguai	23	208		
Outros países da África	24	198		
Angola	25	185	21	3
Cuba	26	178	10	146
Índia	27	131	19	62
Coréia do Norte e Sul	28	118		
Grão-Bretanha	29	117		
Suriname	30	114		
Bélgica	31	108		
Suíça	32	101		
Equador	32	100		
Austrália/Oceania	33	23	20	25
TOTAL		29.741		4.443

Fonte: Adaptado de Do Carmo e Jakob (2009, p. 208-210).

Dos 29.741 estrangeiros residentes na Amazônia Legal brasileira no momento do censo, 13.113 (44%) nasceram em países amazônicos, especialmente na Bolívia (34,72%) e no Peru (30,95%); e estão concentrados majoritariamente no Amazonas (34,34%) e em Rondônia (20,64%) (Tabela 4).

A distribuição espacial desses migrantes varia conforme o país de nascimento. Os migrantes nascidos no Peru se agrupam principalmente nos municípios ao longo da fronteira com esse país, nos

maiores centros urbanos da região e ao longo da calha do rio Amazonas (Figura 2); os bolivianos ocupam quase que exclusivamente municípios fronteiriços de Acre, Rondônia e Mato Grosso (Figura 3); e os colombianos se situam em Tabatinga, cidade gêmea de Letícia, em Manaus, e na Cabeça do Cachorro (Figura 4). Os migrantes nascidos na Venezuela e Guiana situam-se principalmente em Roraima (Figuras 5 e 6) e os do Suriname e Guiana Francesa em Amapá e Pará (Figuras 7 e 8). A migração de equatorianos, cujo país não limita com o Brasil, apresenta o menor número em relação aos demais países amazônicos (100 pessoas) e se encontram espalhados em uns poucos pontos da Amazônia brasileira, com maior concentração em Manaus (Figura 9).

Tabela 4: Número de migrantes internacionais residentes na Amazônia Legal nascidos nos países amazônicos, por Unidades da Federação, 2000.

Unidades da Federação de residência	PAÍSES AMAZÔNICOS DE NASCIMENTO								Total
	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	GUIANA	GUIANA FRANCESA	PERU	SURINAME	VENEZUELA	
Rondônia	2353	54	9	-	-	262	-	28	2707
Acre	1010	24	-	-	-	510	-	-	1544
Amazonas	113	1063	42	97	74	2874	-	253	4516
Roraima	10	62	-	1312	12	118	-	463	1977
Pará	127	95	-	63	84	190	110	47	716
Amapá	-	10	-	-	410	45	-	-	464
Tocantins	42	12	17	-	-	11	4	4	91
Maranhão	10	-	10	-	8	7	-	37	73
Mato Grosso	888	56	21	14	-	42	-	4	1025
Total	4554	1375	100	1486	587	4059	114	837	13113

Fonte: IBGE, Amostra Censo Demográfico de 2000. Tabulações Especiais MAPAZ/UFPA. Elaborado por Lira (2010).

Essas evidências revelam que a migração internacional na Amazônia brasileira passa por mudanças importantes no que se refere a seus padrões de origem e distribuição espacial. As melhorias dos transportes e condições de comunicação, os acordos bilaterais, os planos de cooperação internacional como os da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, e de integração física como a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) poderão acelerar este processo com desdobramentos significativos para o desenvolvimento da Amazônia brasileira e dos demais países (ARAGÓN; OLIVEIRA, 2009).

## CONCLUSÕES

Nos cinco séculos de história desde a chegada de Colombo, argumenta Pellegrino (2003, p. 11), a região de América Latina e Caribe passou por quatro grandes etapas migratórias. A primeira, da conquista à independência, caracterizou-se pela ocupação do território pela população que vinha dos países colonizadores e pela população escrava africana. A segunda correspondeu à época das grandes migrações européias para o novo mundo durante a segunda metade do século XIX e princípios do século XX, quando a região recebeu grande quantidade de pessoas desse continente. A terceira, de 1930 a 1960, apresentou retração dos fluxos internacionais tradicionais e aumento das migrações internas para as grandes cidades e a migração internacional adquiriu um caráter regional e fronteiriço. A quarta fase, ou contemporânea, se inicia nas últimas décadas do século XX, com o aumento constante da emigração tornando negativos os saldos migratórios de muitos países.

A pergunta que surge é, e a próxima etapa? O Instituto das Migrações Internacionais da Universidade de Oxford tenta uma previsão (IMI, 2006, p. 13):

O declínio mundial das taxas de natalidade poderá vir a colocar em questão a hipótese de existência de um viveiro inesgotável de migrantes laborais, prontos a deslocar-se para os países industrializados, com vista a prover as necessidades econômicas. À medida que os países forem avançando na transição demográfica, as suas taxas de dependência aumentarão nos próximos decênios. A médio e longo prazos, uma concorrência acrescida no acesso a mão-de-obra poderá transformar radicalmente as migrações mundiais e as respostas políticas de maneira dificilmente imaginável. Por exemplo, a fraca taxa de natalidade da China, novo gigante industrializado, poderia criar um déficit de mão-de-obra importante, e, a mais longo prazo, déficits similares poderiam emergir em outras regiões clássicas de emigração como o Norte da África e a América Latina, onde as taxas de natalidade tiveram um rápido decréscimo.

Na Amazônia o processo de migração internacional parece seguir a história da América Latina analisada por Pellegrino (2003), e se tornara mais dinâmico e complexo no andamento de políticas de desenvolvimento na busca da integração regional e econômica e a expansão dos efeitos da globalização. Ao final, argumenta Martine (2005, p. 3), a globalização “dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de vida melhor”. Daí a explosão migratória do Sul para o Norte.

Em conseqüência, aceitar a migração internacional como um fenômeno necessário e inevitável do processo de globalização requer uma melhor gestão e não somente medidas de controle (HILY, 2003). Considerando a dimensão que tomou a emigração internacional, alguns países amazônicos têm desenvolvido programas especiais para estudar esse fenômeno em busca de uma melhor gestão ao invés de pôr ênfase somente no controle. É o caso dos trabalhos que vêm sendo realizados no Peru (INEI, 2007; 2008) e no Equador (LEÓN, et. al., 2009).

A síndrome do *brain drain* que tanto assola a Guiana e o Suriname, é outro assunto que merece atenção especial na Amazônia à luz de novos debates e propostas. Para alguns a questão deveria mudar de foco de análise, de “drenagem de cérebros” para “circulação de cérebros” (PELLEGRINO, 2003, p. 26), e tomar vantagem de redes de diáspora, de intercâmbios acadêmicos, de

“remessas de conhecimento”, e de outras formas de fortalecimento das capacidades em países em desenvolvimento, que o próprio processo de migração internacional tende a fortalecer. Organismos como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), e a cúpula de chefes de estado e de governo da América do Sul deverão jogar papel protagonista neste assunto.

A participação da mulher em fluxos de migrações internacionais é cada vez mais reconhecida (MARTINE, 2005), o que tem levado a redefinir relações de gênero e ao empoderamento das mulheres, migrantes e “ficantes”. Na Amazônia, essas relações aparecem evidentes, por exemplo, no estudo de Rodrigues (2009). É um tema que merece maiores aprofundamentos.

Finalmente, a migração internacional contemporânea vem acompanhada de processos ilícitos que precisam ser mais bem conhecidos e tratados. A Amazônia não pode ficar ausente desses debates.



## Referências

- AMARAL FILHO, Otacílio. *A marca Amazônia: Uma promessa publicitária para fidelização de consumidores globais*. Tese de doutorado (Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- ARAGÓN, Luis E. Novos temas regionais para o estudo da Amazônia no atual contexto internacional. In FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (Orgs.) *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: Mutações, tensões, desafios*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007a, p. 153-174.
- ARAGÓN, Luis E. (Org.) *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2007b
- ARAGÓN, Luis E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2005a, p. 13-23.
- ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2005b.
- ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009a.
- ARAGÓN, Luis E. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009b, p. 11-37.
- ARAGÓN, Luis E; OLIVIERA, José Aldemir de (Orgs.). *Amazônia no cenário Sul-Americano*. Manaus: EDUA, 2009.
- AROUCK, Ronaldo. Brasileiros na Guiana Francesa: Um grupo em integração? In CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações internacionais: Contribuições para políticas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), 2001, p. 327-343.
- BAENINGER, Rosana. Brasileiros na América Latina: O que revela o Projeto IMILA-CELADE. In CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações internacionais: Contribuições para políticas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), 2001, p. 283-326.
- BARRET, Ghislane. Guyane Francaise: Historique de la population. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2005. p. 131-140.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia. Cálculo de saldos e taxas líquidas de migração internacional. In ABEP. *Anais do Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba: IPARDES/FNUP, 2008, p. 291-300.
- BYNOE, Paulette; BRISTOL, Marlon. The human impact of capital flight in Guyana. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009, p. 255-260.
- CARVALHO, José Alberto Magno; CAMPOS, Marden Barbosa. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. *Estudos Avançados*, V. 20, No. 57, 2006, p. 55-58.
- CDA – Commission on Development and Environment for Amazonia. *Amazonia without myths*. Washington, D. C.: IDB/UNDP/ACT, 1992.
- CORBIN, Hisakhana. Migração internacional e desenvolvimento: O caso da Guiana. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009, p. 163-183.
- CORBIN, Hisakhana. The social and environmental impacts of Brazilian migration to Guyana. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2007, p. 179-197.

DO CARMO, R. L.; JAKOB, A. A. E. A migração estrangeira recente na Amazônia legal brasileira. In: ARAGÓN, L. E.(Org.) *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009. p. 205-222.

FFLA – Fundación Futuro Latino Americano. *Amazonia sostenible en el tercer milenio*. Quito: FFLA, 2002.

GRASSERBAUER, Manfred. Prefácio. In EVA, H. D.; HUBER, O. (Eds.) *Proposta para definição dos limites geográficos da Amazônia*. Luxemburgo: Comunidades Europeas, 2005, p. vii.

GUTIÉRREZ, Franz Rey; ACOSTA, Luis Eduardo Muñoz; SALAZAR, Carlos Ariel Cardona. *Perfiles urbanos en la Amazonía: un enfoque para el desarrollo sostenible*. Bogotá, D. C.: Instituto SINCHI, 2004.

HILY, Marie-Antoinette. As migrações contemporâneas: Dos Estados e dos homens. *Anais do Seminário Cultura e Tolerância*. São Paulo, novembro de 2003.

IMI – International Migration Institute. *Para uma nova agenda de investigação sobre as migrações ineteracionais*. University of Oxford, 2006. Disponível em WWW .imi.ox.ac.uk/pdfs/IMI.

INEI-OIM. *Perú: Características de los migrantes internacionales, hogares de origen y receptores de remesas*. Lima: Organización Internacional para las Migraciones/Instituto Nacional de Estadística e Informática, 2007.

INEI-OIM *Perú: Estadísticas de la migración internacional de peruanos, 1990 – 2007*. Lima: Organización Internacional para las Migraciones/ Instituto Nacional de Estadística e Informática/Dirección General de Migraciones y Naturalización, 2008.

IOM – International Organization for Migration. *Facts and figures – Global Estimates, 2010*. www.iom.int/. 14/01/2011.

JUBITHANA-FERNAND, Andrea. International migration in Suriname. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009, p. 185-204.

LEÓN, C.G.; MOGOLLÓN, F. P.; CAICEDO, G. A. Migración intenacional en la Amazonía, Ecuador. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009. p. 115-144.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista Saúde Pública*, No. 8 (supl.), 1974, p. 49-90.

LIMACHI HUALLPA, Luis. Procesos migratórios en la Amazonía peruana: Una mirada a las migraciones internacionales. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009, p. 97-113

LIRA, J. R. O. *Espacialização da migração internacional na Amazônia Brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MARTINE, George. A globalização inacabada: Migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, V. 19, No. 3, 2005, p. 3-22.

OLIVEIRA Jr., Antonio de. Amazônia: A gênese de uma região de planejamento. In ARAGÓN, Luis E; OLIVIERA, José Aldemir de (Orgs.). *Amazônia no cenário Sul-Americano*. Manaus: EDUA, 2009, p. 41-77.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul, metrópoles e fronteira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 21, No. 60, 2006, p. 83-181.

PELLEGRINO, Adela. La migración internacional en América Latina y el Caribe: Tendencias y perfiles de los migrantes. *Serie Población y Desarrollo*, No. 35, 2003 (CEPAL).

PINTO, M. J. S. Por uma “sociologia da clandestinidade” no estudo da presença de brasileiros na Guiana Francesa. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009.p.237-254.

PNUMA/OTCA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. *Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia GEOMAZONIA*. Brasília, D.F.: PNUMA/OTCA, 2006.

RODRIGUES, F. S. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009.p.223-236.

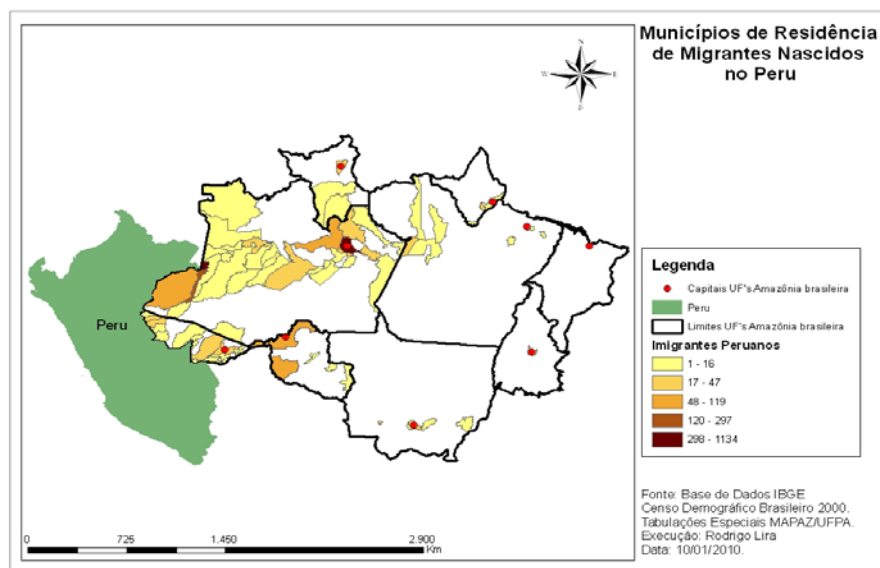
SANDINO, O. Migración internacional en la Amazonía colombiana: aportes del censo de población 2005. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009.p.145-162.

SANTOS, Carlos Augusto dos; BRASIL, Marília Carvalho; MOURA, Hélio Augusto. “Personae non gratae?”: A imigração indocumentada no estado do Amazonas. In CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações internacionais: Contribuições para políticas*. Brasília, D. F.: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNDP), 2001, p. 479-488.

VARGAS BONILLA, M. A. V. Inmigración internacional de países amazônicos: el caso de Bolívia. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009. p.61-96.

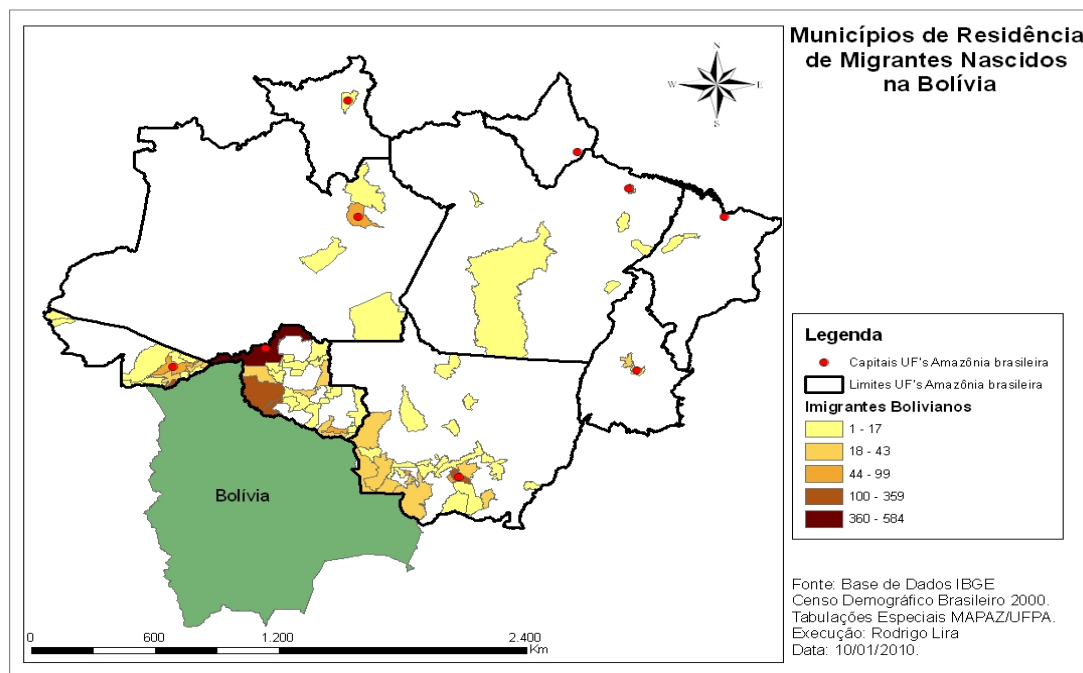
YARZÁBAL, Luis; ESPINAL, Carlos; ARAGÓN, Luis E. (Orgs.) *Enfoque integral de la salud humana en la Amazonia*. Caracas: UNAMAZ, 1992.

Figura 02: Municípios de Residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos no Peru, 2000.



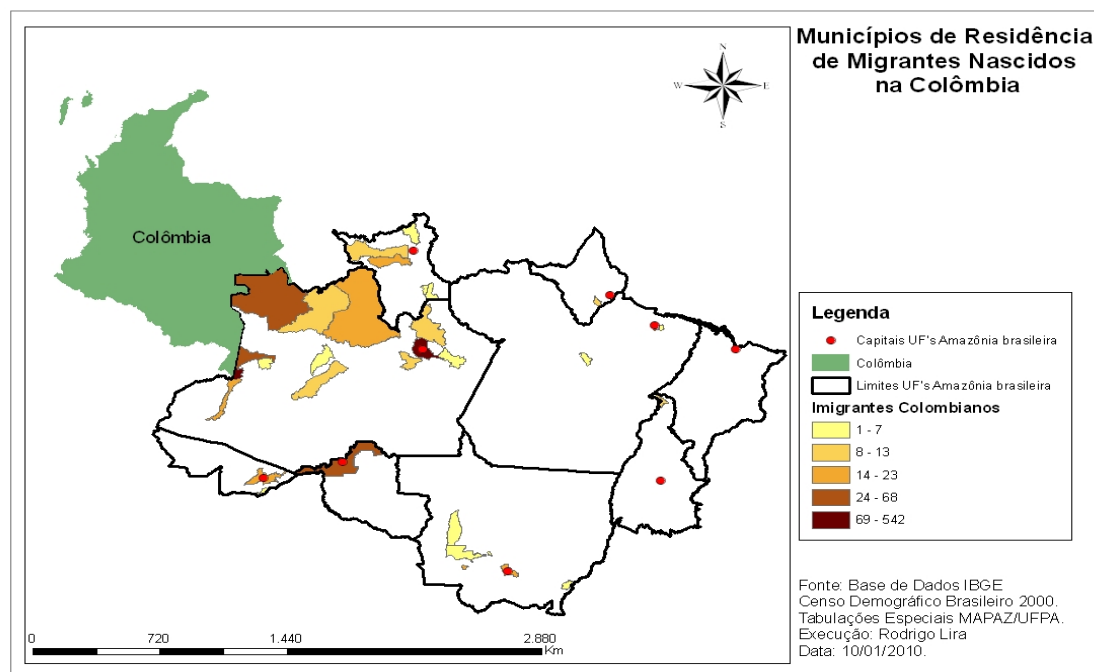
Fonte: IBGE, 2000. Elaborado por Lira (2010).

Figura 03: Municípios de Residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Bolívia.



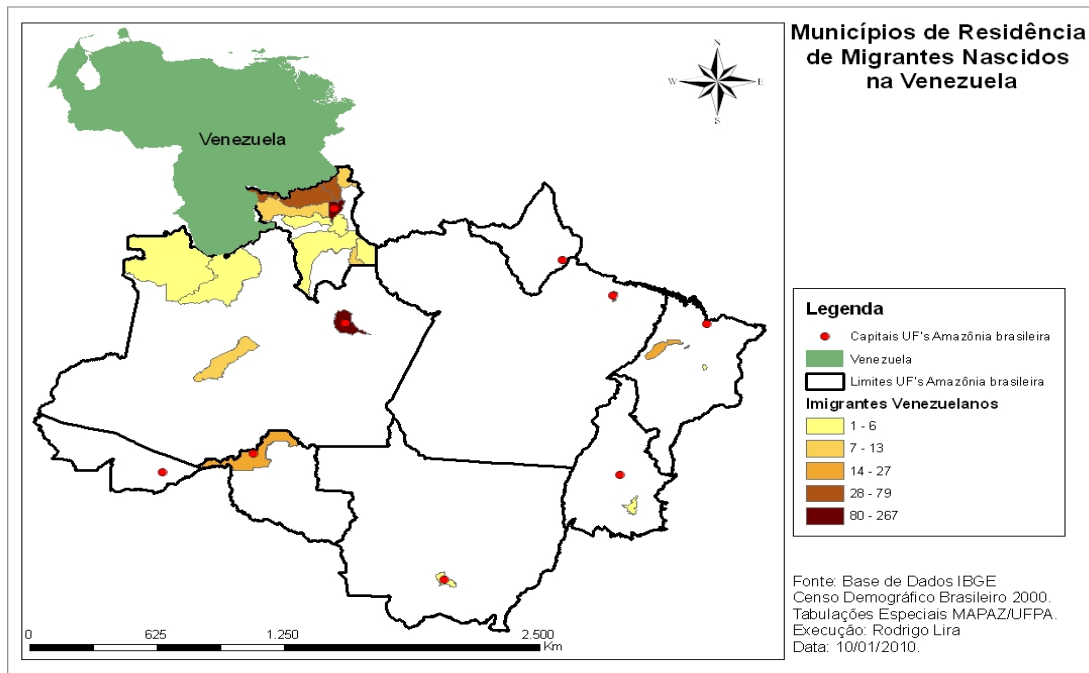
Fonte: IBGE, 2000. Elaborado por Lira (2010).

Figura 04: Municípios de Residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Colômbia.



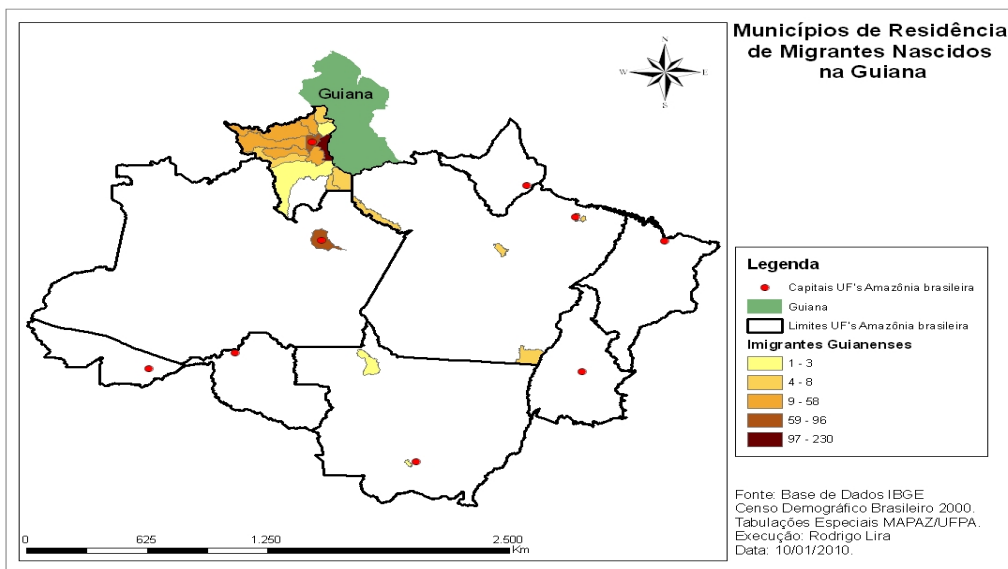
Fonte: IBGE, 2000. Elaborado por Lira (2010).

Figura 05: Municípios de Residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Venezuela.



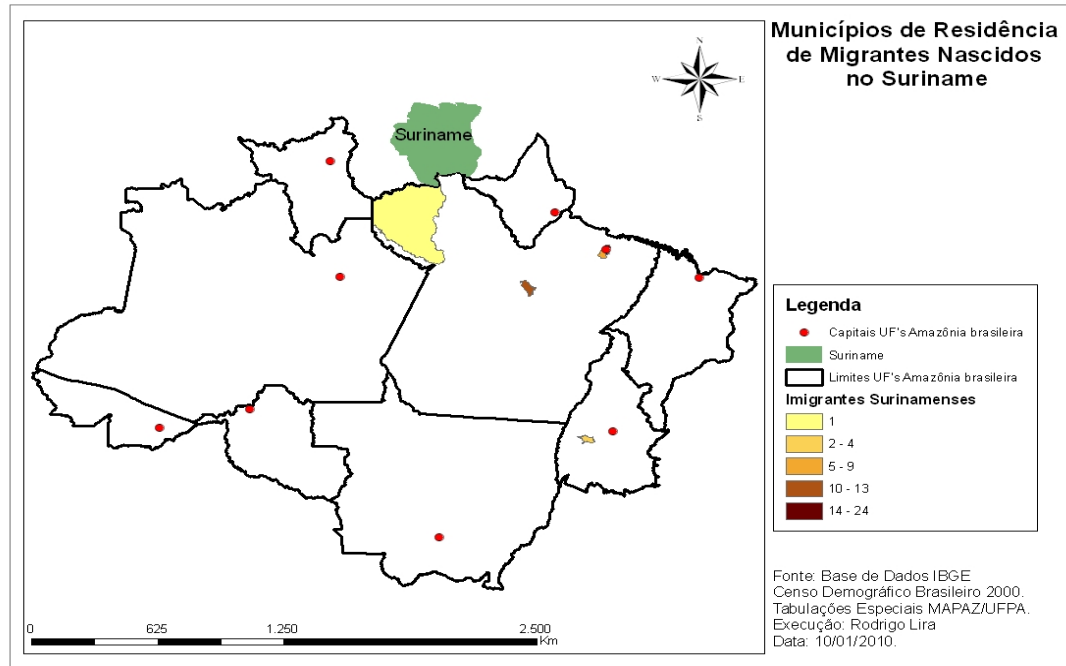
Fonte: IBGE, 2000. Elaborado por Lira (2010)

Figura 06: Municípios de Residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Guiana



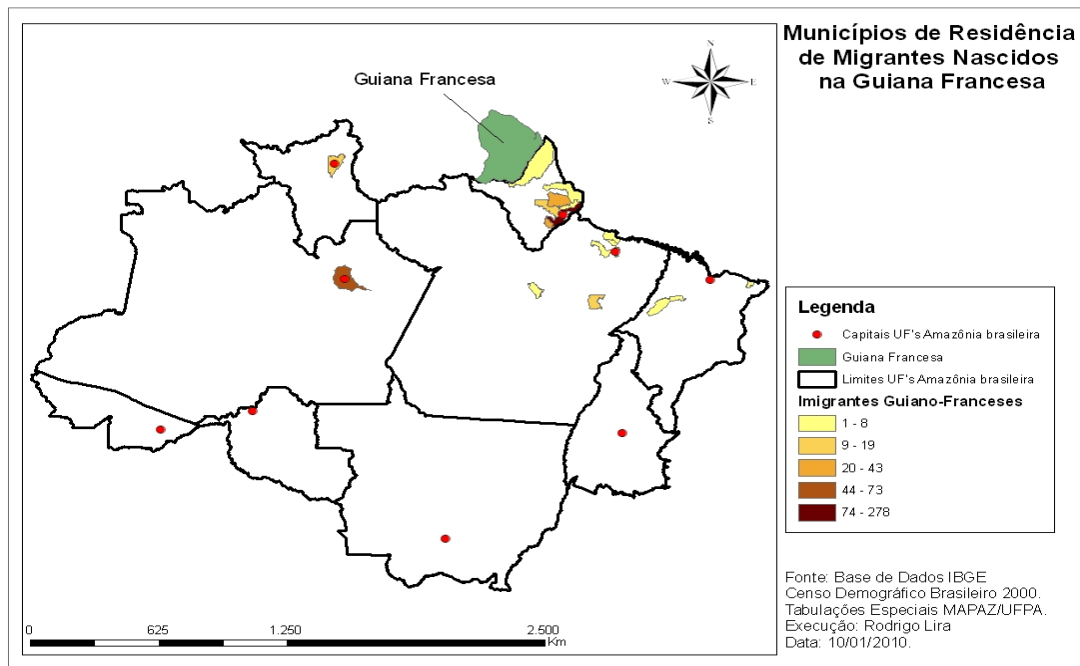
Fonte: IBGE, 2009. Elaborado por Lira (2010).

Figura 07: Municípios de Residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos no Suriname.



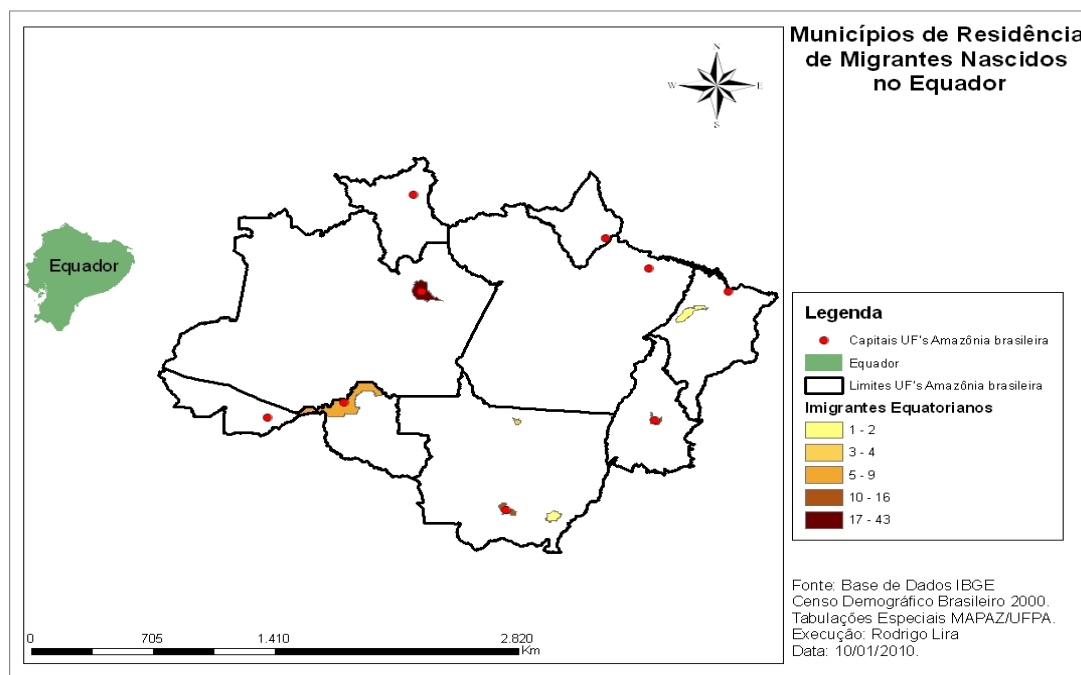
Fonte: IBGE, 2000. Elaborado por Lira (2010).

Figura 08: Municípios de Residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Guiana Francesa.



Fonte: IBGE, 2000. Elaborado por Lira (2010)

Figura 09: Municípios de Residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos no Equador.



Fonte: IBGE, 2000. Elaborado por Lira (2010)